

Afonso Arinos não agrada na Sistematização

“Estão fazendo uma campanha terrível para me destituir da relatoria da Comissão de Sistematização”, reclamou ontem o deputado Bernardo Cabral, ao comentar as reações surgidas em várias comissões em razão de uma matéria publicada a seu respeito sugerindo que fizera um pré-julgamento dos relatórios apresentados nas subcomissões. Ele observou que os que o acusam estão cometendo “uma grande injustiça” por não terem lido toda a entrevista em seu contexto, pois se o fizessem, veriam que não há críticas aos relatórios.

Quant à informação de que parlamentares de alguns partidos (PT, PDT e PCB) estariam articulando junto ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, no sentido de destituir-lo da relatoria, Bernardo Cabral alertou: “Nem mesmo o doutor Ulysses tem poderes para me tirar da função de relator da Sistematização, para a qual fui eleito. A melhor coisa que existe é conseguir as coisas sem favores”.

O estilo pessoal adotado pelo senador Afonso Arinos na presidência dos trabalhos da Comissão de Sistematização, recheado de brincadeiras consideradas incompatíveis com as discussões de temas sérios, o seu reconhecido desconhecimento das normas regimentais e o verdadeiro diálogo que trava com o plenário tem gerado um clima de insatisfação generalizada entre os membros da comissão mais importante da Constituinte.

Nas reuniões da Sistematização têm sido registrados episódios inéditos, risíveis até. Na última sessão quando Afonso Arinos conduziu um tumultuado processo de votação da ata, durante quase duas horas, esse documento foi rejeitado por falta de quorum. Só depois de muita reclamação Arinos foi avisado por um assessor de que as atas podem ser consideradas aprovadas independentemente de quorum.

— Mas eu não fui alertado disso antes — justificou-se.

— Mas devia. Perdemos quase duas horas de discussão improdutivo porque o senhor desconhece o regimento interno — reclamou o deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ).

— E, mas não fui. E além do mais eu sou senador e não tenho obrigação de conhecer o regimento da Câmara — respondeu Arinos, sem atender para o fato de que o regimento em questão era o da Assembléia Nacional Constituinte.

Já o senador Jamil Haddad, líder do PSB, espera que, com a aprovação do miniregimento da Comissão, os trabalhos sejam conduzidos com mais critérios. Ele diz que por enquanto, o presidente Afonso Arinos está presidindo a Sistematização como se estivesse presidindo a Comissão de Notáveis, esquecendo-se de que está agora numa Casa Legislativa. “Ele deveria limitar-se a atender às questões de ordem solicitadas, resolvê-las e tomar as deliberações necessárias, sem se perder em considerações e diálogos com o plenário. A cada brincadeira sua é gerada uma discussão e isso só tem atrasado o encaminhamento dos trabalhos”.

✕ O maior descontente e o crítico mais ácido de Afonso Arinos, entretanto, tem sido o deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ). Ele diz que a situação está insustentável e pretende encaminhar documento ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, solicitando sua presença a pelo menos uma das reuniões da comissão, para que possa aferir pessoalmente o que tem ocorrido.

— Eu acho que o senador Afonso Arinos está com complexo de hilariedade. Tem feito brincadeiras, em tom de deboche, que às vezes podem ser encaradas como provocação — protesta o deputado carioca. Essa espirosidade inconveniente — acentua Ramos — não se compatibiliza com a seriedade dos trabalhos da comissão, e tem transformado as reuniões em espetáculo pouco digno de ser visto.

Paulo Ramos considera que a Constituinte encontrou uma forma equivocada de prestar homenagem ao velho senador, apesar de toda deferência que merece, uma vez que ele tem preparo e discernimento no sentido de atender às exigências do momento, podendo até sair muito desgastado ao final da Constituinte.

Reforma agrária tem substitutivo

Proposta conta com apoio de 11 dos 25 membros da subcomissão

EUGENIO NOVAES



Cardoso Alves, Rosa Prata e Paulinelli prometem derrubar relatório

Mineradoras não querem perder IUM

Presidentes de 20 empresas estaduais de mineração encaminharam ontem à Comissão do Sistema de Tributação Orçamento e Finanças da Constituinte uma carta pedindo a manutenção do Imposto Único sobre os Minerais (IUM) na sua forma atual, baseada na proporcionalidade da produção mineral e distribuído em 10% para a União, 20% para o município produtor e 70% para os Estados, Territórios ou o Distrito Federal.

O anteprojeto do relator, deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) extinguiu a competência tributária exclusiva da União sobre os combustíveis, a energia elétrica e os minerais, transferindo aos Estados estes encargos taxados, através do ICM.

Segundo a carta, o IUM foi criado para evitar que uma tributação excessiva ou mesmo proibitiva dos Estados ou Municípios possa dificultar o desenvolvimento e reduzir a competitividade da indústria mineral.

Juizes não querem ser conselheiros

A extinção da representação classista na Justiça do Trabalho é um retrocesso de pelo menos 50 anos nas conquistas dos trabalhadores brasileiros. Pelo menos foi o que afirmou ontem o presidente da Associação Nacional dos Juizes Classistas (ANJC), Alceu Portocarrero, ao comparecer à Subcomissão do Poder Judiciário para protestar contra o anteprojeto do relator Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP).

O dirigente da ANJC explicou ao presidente da Subcomissão, deputado José Costa (PMDB-AL), que a transformação dos juizes classistas em simples conselheiros sem direito a voto, como propõe o relator, não atende ao interesse dos trabalhadores. “Esta medida só servirá para elitizar a Justiça do Trabalho, deixando

os verdadeiros interessados sem voz nem poder de decisão”.

Alceu Portocarrero reconhece, contudo, que a figura do juiz classista necessita de aperfeiçoamento. Ao deputado José Costa, ele defendeu que as vagas de vogal sejam preenchidas por um colégio eleitoral dos sindicatos, para evitar a dispersão nas indicações. Propôs, ainda, a instituição de cursos de vocatato para elevar o nível da representação classista.

Ao deixar a Subcomissão do Poder Judiciário, acompanhado de dezenas de colegas, o presidente da Associação de Juizes Classistas prometeu desencadear um forte lobby junto aos constituintes para garantir a preservação dos vogais. “Vamos lutar em todas as instâncias para derrubar este ponto do projeto”.

Dos 25 constituintes membros da Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e de Reforma Agrária, 11 já assinaram o anteprojeto substitutivo do deputado Rosa Prata (PMDB-MG) que tentará derrubar o relatório do deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), cuja votação está prevista para domingo.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos principais incentivadores desse substitutivo, justificou o “racha” dentro da subcomissão. Em sua opinião, o anteprojeto do relator “é um negócio que saiu da cabeça dele, não ouviu ninguém, não colheu depoimentos e nem escolheu nada que partisse de reivindicações feitas pelos setores agrícolas”.

O deputado Alysso Paulinelli (PFL-MG), que também assina o substitutivo do deputado Rosa Prata, acha que o anteprojeto do relator já foi rejeitado, antes mesmo da votação. “Toda a subcomissão é contra”. Disse que todos os membros apresentaram emendas para quase todos os artigos propostos por Oswaldo Lima Filho, o que atesta a invalidade da sua proposta constitucional.

Tanto Cardoso Alves como Alysso Paulinelli colocaram-se radicalmente contra a fixação de um limite máximo para as propriedades rurais que, no anteprojeto de Oswaldo Lima Filho é fixado em 100 módulos rurais. Segundo os dois deputados, que afirmam não ter qualquer ligação com a União Democrática Ruralista (UDR), que representa os interesses dos grandes fazendeiros, a fixação de um limite máximo para os imóveis rurais é sinal de burrice, porque irá atrasar todo o sistema produtivo do País.

Cardoso Alves defende que as propriedades que estão produzindo devem permanecer inalteradas. “É um santuário intocável”. Argumentou também que o

Brasil tem muita terra ociosa e improdutivo que deve ser entregue para distribuição no Plano Nacional de Reforma Agrária. O deputado Paulinelli, ex-ministro da Agricultura do governo Geisel, garante que somente em terras públicas estão disponíveis 114 milhões de hectares para efeito de reforma agrária. Disse ainda que, de acordo com as estatísticas oficiais fornecidas pela Embrapa, existem perto de 450 milhões de hectares à espera de ocupação. Em sua opi-

nião, reforma agrária só se faz com muito trabalho.

Quanto à questão da desapropriação dos imóveis rurais improdutivos, tanto Cardoso Alves quanto Alysso Paulinelli defendem que as indenizações devem ser pagas em títulos da dívida agrária, desde que com o dispositivo da correção monetária. Mas as benfeitorias têm que ser pagas em dinheiro e de acordo com o preço estipulado pelo proprietário. “As benfeitorias representam poupança, trabalho e sacrifício de quem estava lá trabalhando e produzindo”, justificou Cardoso Alves.

Ao defender o substitutivo elaborado pelo deputado Rosa Prata que, na opinião de Cardoso Alves, encarna o pensamento vivo de Tancredo Neves, o deputado paulista disse que o anteprojeto proposto por Oswaldo Lima Filho é um instrumento que vai levar o tumulto ao campo, além de amedrontar novos investimentos na agricultura. Ressaltou que a Igreja, a nobreza e o povo estão contra o relatório que não conseguiu agradar nem a gregos nem a troianos. “Não tem pé nem cabeça”, disse.

Afirmou ainda que a experiência de minifúndio no País já demonstrou a sua inviabilidade. “Sabemos que a pequena propriedade rural vive momentos difíceis. O próprio relator disse que no Nordeste existem 750 imóveis que produzem menos do que a metade de um salário mínimo. Sustentou também que os pequenos proprietários que estão sendo acionados pela Justiça que para cobrir os débitos lançam mão das safras, dos animais, da casa e até das propriedades. E um leilão contínuo dessas pequenas propriedades”.

O deputado Alysso Paulinelli disse que a nova Constituição tem que prever uma política agrícola e recursos financeiros que viabilizem os programas dos pequenos agricultores.

Agricultura teme mudanças

São Paulo (Sucursal) — Qualquer mudança na estrutura agrária deve ser feita com o cuidado de preservar uma agricultura já estruturada e em franca produção. Essa é a posição da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, que será levada por seu presidente, Fábio Meirelles, na reunião da Comissão de Assuntos Fundiários da Constituinte, em Brasília.

Meirelles argumenta que a agricultura nacional tem atendido ao abastecimento, na geração de divisas com exportação e à produção de energia alternativa. Ele acha que o projeto em estudo na comissão do deputado Oswaldo Lima Filho, poderá precipitar uma reforma de tal profundidade que provocará a desorganização da produção. “Um patrimônio que não pode ser dilapidado sem graves e irreparáveis prejuízos para a economia global”.

Além disso, segundo Meirelles, não há condições econômicas para o País suportar o alto volume de investimentos com uma reforma do tipo que está em discussão na comissão.

Ele diz também que “o momento político é de tal efervescência que não se recomenda empreendimento de tal complexidade e com tanta precipitação”.